

# PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 13 • 1994

DIRECTOR  
A. M. HESPAÑA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCSTE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História  
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Edição apoiada por *Lisboa 94, Capital Europeia da Cultura*

© Edições Cosmos e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Impressão e acabamentos: Edições Cosmos

Maio de 1994  
Depósito Legal: 49152/91  
ISSN 0871-7486  
ISBN 972-8081-42-1

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS  
Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 - P 1000 Lisboa  
Telefone: 795 51 40  
Telefax: 796 97 13

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1ª - P 1200 Lisboa  
Serviços Comerciais: Av. Júlio Dinis, 6C-4ª D  
Telefone: 795 51 40 • Telefax: 796 97 13

# Política e Gestão Municipal em Lisboa, no Século XX: Situação e Perspectivas da Investigação<sup>1</sup>

Carlos Nunes Silva

Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Lisboa

## O Tema nos Estudos Geográficos

O estudo das políticas públicas, do Estado ou das autarquias locais, não constitui ainda em Portugal um corpo disciplinar individualizado, embora já tenham sido criados cursos superiores na área da administração pública e introduzidas disciplinas de gestão pública em muitos outros (p.e., planeamento e gestão do território) e esteja em funcionamento o Centro de Estudos de Formação Autárquica (CEFA), em Coimbra, e o Instituto Nacional de Administração (INA), em Oeiras.

Quase todas as ciências sociais abordam, de uma forma ou de outra, os impactos da intervenção dos poderes públicos sobre o seu objecto de estudo, quase todos o incluem entre os seus factores explicativos e muitos deles desenvolvem competências profissionais específicas para a avaliação, monitorização e prospectiva das acções administrativas e políticas.

A reduzida autonomia política, administrativa e financeira das autarquias locais em Portugal durante grande parte do século XX e o carácter autoritário e centralista do Estado Novo explicam o fraco desenvolvimento dos estudos sobre as políticas municipais<sup>2</sup>.

Não admira pois que a maior parte desses trabalhos tenha surgido depois de 1974 e com uma incidência maior sobre as áreas da actividade municipal que tiveram expressão até ao terceiro quartel do século XX (planeamento urbanístico, habitação social).

Na Geografia, com base na segmentação intradisciplinar ainda dominante, o estudo das políticas municipais tem sido, um pouco por toda a parte, uma competência da Geografia da Administração Pública (ou Geografia Política e Administrativa) e da Geografia Urbana.

Silva Telles, o iniciador da Geografia na Universidade de Lisboa, não deixou escrita nenhuma reflexão sobre o factor político municipal na organização do território. Schwalbach, seu sucessor na cátedra de Geografia, escreve sobre Lisboa mas a questão das políticas municipais está ausente. Na segunda geração de estudos urbanos, Orlando Ribeiro publica vários textos sobre Lisboa ou com referências à cidade, mas a temática das políticas (urbanas) municipais está ausente, inclusive como factor

explicativo relevante. Na obra de Ilídio do Amaral verifica-se uma situação semelhante. Nos outros dois centros universitários, o panorama é idêntico, com A. Girão, F. Martins e P. Oliveira, em Coimbra, e M. Correia, no Porto. R. S. Brito, no seu livro «Lisboa. Esboço geográfico» (1976), faz breves referências às intervenções dos poderes públicos na organização do espaço de Lisboa.

J. Gaspar, no projecto de investigação que apresentou em 1972 à Faculdade de Letras de Lisboa, para doutoramento em Geografia Humana («Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal continental»), limitado ao que o autor designou por aspectos geográficos das aglomerações urbanas, não atribuiu ainda a importância devida ao estudo das políticas municipais. Mas em mais do que uma passagem refere o contributo possível da Geografia para a nova disciplina do ordenamento do território e dedica mesmo uma alínea a *O crescimento das aglomerações urbanas, a estrutura fundiária e as acções administrativas e políticas*, que considerou estar completamente por fazer. Apesar de em trabalhos posteriores ter sido reconhecida importância à temática, ainda nenhuma dissertação de doutoramento em Geografia a tomou como objecto central (Medeiros, 1990).

Embora os trabalhos de geografia aplicada, por encomenda da administração pública, se tivessem generalizado na década de 70, foi apenas a partir da década de 80 que surgiram os primeiros estudos geográficos sobre as políticas públicas ou com referências explícitas a elas<sup>3</sup>, dos quais os de C. N. Silva (1986, 1987, 1987a) sobre o caso de Lisboa. T. B. Salgueiro (1992), em diversas passagens do seu livro sobre a cidade em Portugal, contempla e desenvolve a questão da intervenção dos poderes públicos.

Sobre as eleições autárquicas e os eleitos locais existem já vários estudos, alguns deles realizados por geógrafos, os quais podem constituir uma referência para o aprofundamento da análise dos *input* do sistema político municipal<sup>4</sup>.

Apesar destas obras, a situação hoje não é muito diferente da verificada no início da década de 70. Está quase tudo por fazer quanto à pesquisa da influência da estrutura sócio-geográfica sobre as políticas municipais e o impacto destas no território. Lisboa-cidade é, neste caso, um limite artificial: aquelas duas dimensões têm hoje uma escala metropolitana. Mas a divisão administrativa vigente impõe aquele limite a muitos destes estudos.

Nos poucos trabalhos de geógrafos que identificamos com este tema há uma tentativa de conciliar a abordagem marxista com a perspectiva neo-weberiana. À escassez de trabalhos publicados acresce a ausência de uma teoria hegemónica.

### **Temas e Problemáticas nos Estudos das Políticas do Município de Lisboa**

Se entre os geógrafos os estudos centrados nas políticas municipais são escasos, o mesmo se verifica nas restantes disciplinas, embora de modo desigual entre elas.

Os arquitectos serão, talvez, quem mais publicou reflexões sobre as políticas municipais, em particular sobre a Lisboa do século XX. O tema dominante é o planeamento urbanístico e a habitação e as problemáticas principais têm sido a

concepção do planeamento e dos planos e a política de solos enquanto instrumento de controlo do processo urbano.

O grupo de arquitectura do LNEC iniciou nos anos 70 uma tradição de estudos da legislação urbanística, com recurso constante à experiência de Lisboa, constituindo, por isso, uma referência nesta área de investigação<sup>5</sup>. Os trabalhos de F. Gonçalves sobre habitação social no Estado Novo também tomaram Lisboa como caso de estudo e, não só por isso mas também pela introdução de uma perspectiva teórica de matriz marxista, constitui uma referência para a questão em causa<sup>6</sup>.

Na mesma linha de investigação, embora com diferenças teóricas e empíricas, se podem inserir os trabalhos de V. M. Ferreira (1975; 1987<sup>7</sup>) e C. N. Silva (1986; 1987; 1987a; 1987b).

Da sociologia, do direito e da economia têm saído contributos relevantes<sup>8</sup>. Na ciência política, da qual muito se poderia esperar, não se registou ainda a viragem para o nível local de análise, como se verificou há já algumas décadas no Reino Unido, França e nos países escandinavos, por exemplo<sup>9</sup>.

Num tema com conexões com este, o do condicionamento imposto pelos poderes públicos à arquitectura de Lisboa no século XX, existe também um conjunto de estudos que são já uma referência para avanços futuros, entre eles os trabalhos de J. A. França (1973; 1989), T. Pereira e J. M. Fernandes (1980; 1987).

A questão da organização e administração do município tem sido objecto de estudo por parte de juristas e historiadores, mas com incidência em períodos recuados, no último caso, sobretudo a Idade Média e o século XIX<sup>10</sup>.

Associado aos partidos políticos ou à associação de municípios existem (iram) publicações periódicas (*Poder Local, Cadernos Municipais, Vida Local, Municipalismo, Município*) onde têm sido divulgados textos relevantes para o conhecimento da problemática do poder local, inclusive de Lisboa, os quais, por reflectirem as preocupações dos eleitos, podem servir de guia para a definição de um programa de investigação interdisciplinar. Igualmente importantes são os textos produzidos em seminários, encontros e congressos promovidos pelos partidos políticos, pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e pela Associação Nacional das Freguesias (ANAFRE).

Com origem na Administração Central (MPAT) existem duas publicações periódicas importantes: a *Revista de Direito Autárquico*, cuja publicação teve início em 1992, e o *Boletim do IGAT*, com início em 1988. Também com interesse, embora suspensão, é a *Revista IUR* (JNICT).

Os catálogos de exposições alusivas a esta temática (Fundação C. Gulbenkian, GEO, entre outros promotores) incluem ocasionalmente referências com interesse para o estudo das políticas municipais.

Nos serviços técnicos da autarquia (como no GTH) têm sido realizados estudos de avaliação e monitorização das intervenções municipais na habitação social, alguns dos quais estão publicados (*Boletim do GTH*). O Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO) tem apoiado a publicação de textos sobre Lisboa e tem

realizado exposições («Habitação na Cidade Industrial 1870-1950»; «Evocar Duarte Pacheco no cinquentenário da sua morte — 1943-1993»). Outros já extintos, como o GOU, viabilizaram a realização de alguns estudos sobre Lisboa.

É neste conjunto de textos não universitários, desde logo pelo seu número, que há uma maior aproximação às tendências verificadas no resto da Europa, quanto aos temas de pesquisa empírica.

Com tão reduzido número de investigadores envolvidos no estudo destes temas e tão dispersos por disciplinas e instituições, não admira que na Universidade não exista nenhuma publicação periódica dedicada exclusivamente ao estudo das políticas municipais.

### **Que Futuro para os Estudos sobre as Políticas Municipais?**

O amadurecimento dos estudos sobre o poder local exige, por um lado, a diversificação de perspectivas teóricas e a recusa da hegemonia de qualquer escola e, por outro lado, uma ampliação do número e tipo de pesquisas empíricas e dos objectos de estudo. A discussão das fontes apropriadas e dos seus limites, bem como a discussão das questões metodológicas e epistemológicas são uma condição necessária para a consolidação desta linha de pesquisa.

Face à penúria de estudos sobre o funcionamento dos órgãos do município e sobre as políticas municipais, um primeiro passo que urge dar, face à natureza interdisciplinar do tema e das problemáticas envolvidas, é a criação de redes de investigadores, com uma estrutura e funcionamento flexíveis, que permita a troca de informações, a colaboração em pesquisas conexas, a captação de apoios e recursos adicionais e que viabilize a divulgação sistemática dos resultados.

Desde logo estudos sobre os eleitos e o processo de decisão no interior dos órgãos municipais e das freguesias, sobre a participação da população, não só análise do que se fez ou de como se faz, mas também o desenho de novas práticas (comissões de deficientes, de idosos, das mulheres, de prevenção contra o racismo, de minorias sexuais). Uma segunda área a estudar são os recursos, humanos e financeiros, da autarquia, com idêntica aproximação (análise e prospectiva).

As novas tecnologias e o seu impacto na gestão municipal é outro campo que está por estudar. As relações laborais nas autarquias locais e o sindicalismo na administração local constituem um campo de estudo quase completamente inexplorado.

A problemática do reordenamento das divisões administrativas da cidade, a avaliação dos investimentos municipais, o financiamento da autarquia, estão insuficientemente estudados.

A investigação sobre as políticas municipais de habitação está longe de cobrir as múltiplas vertentes do problema, tal como acontece com as actividades sócio-culturais.

As pressões económicas e políticas conducentes à reestruturação do tecido produtivo, as tentativas de recuo das fronteiras do sector público com a entrega progressiva à iniciativa privada de áreas tradicionais da actividade municipal, impõem este tema como um dos prioritários.

A animação económica é outra área que começa a ter importância nas actividades do município de Lisboa. O desenho dessas novas formas de intervenção, a sua monitorização e prospectiva não devem ser exclusivo de empresas de consultoria, mas deverá envolver também entidades de I&D, nomeadamente as Universidades.

Vivemos um período em que o município deixou de ser visto como o único, ou o melhor, prestador dos serviços públicos locais. O Estado-Providência local, ainda em construção entre nós, está a ser posto em questão em muitos países da União Europeia. O futuro próximo será caracterizado pela diversidade e pluralismo e, por isso, é urgente a realização de estudos prospectivos neste domínio.

As novas formas de parceria, na formação dos recursos humanos, nas iniciativas empresariais e no desenvolvimento urbanístico que estão a ocorrer um pouco por toda a União Europeia têm que ser, no mínimo, discutidos entre nós.

Novas questões ou velhos problemas com novas dimensões se colocam ao município neste final de século: a descentralização para as freguesias e organizações de base da sociedade civil, a inovação social na prestação e financiamento dos serviços e bens públicos, a defesa dos consumidores, os direitos das minorias, de raça ou sexo. É necessário repensar a prestação de serviços em função das necessidades de um leque maior de tipos de família e de vida familiar.

O ambiente urbano, o tratamento e aproveitamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos, sendo uma área de actividade tradicional, ganhou novos contornos e prioridades.

Em síntese, todos estes aspectos constituem um campo imenso de investigação, onde quase tudo está por fazer. Compete à Universidade uma parte e à Câmara Municipal de Lisboa outra, sem dúvida. Supomos que o Gabinete de Estudos Orlisiponenses, criado em 1949 com a função de possibilitar a continuação dos estudos sobre Lisboa encetados pelo Eng.<sup>o</sup> Vieira da Silva, entre outras estruturas do município, pode servir de base orgânica a um programa de pesquisa multidisciplinar sobre Lisboa, no caso, sobre a(s) política(s) urbana(s) do município.

Embora Lisboa esteja numa posição melhor que a maior parte dos municípios, é urgente a tomada de medidas de salvaguarda da documentação referente à actividade quotidiana do município, de acordo com critérios a definir por especialistas. Os arquivos municipais, nomeadamente os arquivos técnicos e cartográficos (urbanismo, obras, etc.), devem ser alvo de medidas apropriadas de salvaguarda do espólio aí retido, sem o que não será possível fazer história das políticas municipais.

Os resultados das investigações serão tanto mais úteis quanto mais conhecidos forem. É necessário que a Câmara Municipal de Lisboa adote uma política editorial própria com maior impacto, a par de medidas de apoio a publicações. A utilidade social de muitas das dissertações universitárias seria reforçada se aquelas medidas as tomassem como alvo. A ideia de parceria, recentemente redescoberta, pode ter aqui um campo de ensaio.

- <sup>1</sup> Face à evidente falta de massa crítica dos estudos sobre as políticas do Poder Local em Portugal e, em particular, sobre Lisboa, este texto pretende sobretudo perspectivar o desenvolvimento deste domínio de estudos. É, necessariamente, uma abordagem não exaustiva da bibliografia, sobretudo da não editada, nomeadamente dissertações de mestrado e doutoramento. É nossa convicção, porém, que tal não invalida a conclusão principal: está quase tudo por fazer!
- <sup>2</sup> Em estudo anterior sobre a obra do introdutor da Geografia da Administração Pública em Portugal ficou claro que este tema foi negligenciado pela Geografia portuguesa, num momento em que na Europa, em reconstrução após a II Guerra, a questão do planeamento urbano colocava novas temáticas à Geografia (C. N. Silva (1990) — *Geografia Política e Geografia da Administração Pública* na obra de Amorim Girão. *Biblos*, LXVI: 49-64); veja-se também C. N. Silva (1991) — O poder político e o território. *Actas do I Congresso da Geografia Portuguesa*, Lisboa: 205-215.
- <sup>3</sup> I. André (1984) — *O poder local: eleições, eleitos e gestão municipal. Contributo para a geografia do poder local em Portugal*. Fac. Letras de Lisboa (dissertação de mestrado); C. Patrício (1985) — *A habitação em Portugal — actuação dos agentes a distintos níveis espaciais*. Fac. Letras de Lisboa (dissertação de mestrado); M. Pereira (1986) — *Urbanização e planeamento na periferia de Lisboa*, CEGPR/INIC, Lisboa. T. Salgueiro (1986) — A promoção habitacional e o 25 de Abril. *Rev. Crítica de Ciências Sociais*, 18-19-20: 573-692; D. Correia (1983) — *Habitação social em Lisboa. Carências-realizações*. *Actas do III Colóquio Ibérico de Geografia*, Barcelona; J. M. Simões (1985) — *Desenvolvimento e gestão das infra-estruturas na área metropolitana de Lisboa*. CEG/INIC, Lisboa; C. N. Silva (1986, 1987, 1987a, 1987b, 1990, 1993). Também com interesse, veja-se: M. C. Mendes (1990) — *O planeamento urbano na Comunidade Europeia: evolução e tendências*. Publ. D. Quixote, Lisboa; CEFA (1989) — *Urbanismo e poder local*. Cefa, Coimbra. Na maior parte das obras recentes de autoria de geógrafos, a questão da intervenção dos poderes públicos tornou-se uma referência obrigatória, embora em quase todas, à excepção das acima referidas, essa referência tenha uma importância secundária. Estão neste caso as dissertações de mestrado apresentadas à Fac. Letras de Lisboa depois de 1989, sobre indústria, agricultura, turismo, transportes; na UTL sobre reabilitação urbana em Lisboa e em Coimbra sobre resíduos sólidos urbanos; ou ainda M. J. Ferreira (1988) — *Habitação social em Portugal: breve história e alguns problemas*. FCSH/UNL, Lisboa (provas de aptidão pedagógica). Em dissertações de doutoramento em Geografia essa referência surge explicitamente no estudo sobre a saúde, de J. M. Simões.
- Com interesse para esta questão podem ainda ver-se os seguintes estudos: P. Margarido (1988) — *Leiria. História e morfologia urbana*. Edições da C. M. Leiria, Leiria. F. Matos (1990) — A construção clandestina em V. N. Gaia. *Rev. Fac. Letras do Porto*, separata; J. E. Costa (1990) — *Planeamento urbanístico e gestão autárquica no concelho de Oeiras*. FCSH/UNL, Lisboa (provas de capacidade científica); L. Caetano (1989) — A promoção pública de solo industrial na sub-região do Baixo Mondego. *Cadernos de Geografia*, 8: 11-38; R. Jacinto (1988) — As autarquias da Região Centro face ao desenvolvimento local. *Rev. Crít. de Ciê. Sociais*, 25/26: 207-221; no Boletim da CCRC têm sido publicados estudos com interesse para esta temática.
- São também relevantes para este tema os trabalhos sobre regionalização e associativismo municipal: J. Gaspar (1982) — *Regionalização — Uma perspectiva sócio-geográfica*. In *Problemas de Regionalização*, S. P. Geografia, Lisboa; J. A. Santos (1985) — *Regionalização. Um processo Histórico*, Livros Horizonte, Lisboa; J. A. Santos (1985) — Dimensionamento municipal e sua relação com as estruturas autárquicas. *Revista IUR*, vol. II (4): 62-76; C. N. Silva (1993) — *Os municípios e o desenvolvimento local: associações de municípios e regiões administrativas*. I Encontro para o Desenvolvimento, C. M. Figueiró dos Vinhos; C. N. Silva (1993) — *Intermunicipal cooperation and boundary reforms: new tendencies in Portugal*. IGU Commission on Public Administration Geography — Conference: Administrative and territorial changes in the new Europe, Montpellier.

- <sup>4</sup> Gaspar, J. et. al. (1982) — *As eleições para as câmaras municipais. Estudo de Geografia Eleitoral*. IPSDG, Lisboa; STAPE (1986) — *Caracterização dos eleitos para as autarquias locais em 1982*, STAPE, Lisboa.
- <sup>5</sup> LNEC (1974) — *Legislação urbanística portuguesa, 1926-1974*, vols. II a IV, Lisboa; F. Gonçalves (1981) — Urbanística à Duarte Pacheco. *Arquitectura*, 142: 20-37; F. Gonçalves (1986) — A propósito dos planos de urbanização do Estado Novo: projectos urbanísticos ou regulamentos policiais?, *Sociedade e Território*, 4: 92-115; L. V. Pereira (1986) — Planeamento municipal e exercício da acção política. LNEC, Lisboa. Embora seja sobre Évora e de autoria de um engenheiro, importa referir o trabalho de J. Carvalho (1990) — *Évora. Administração Urbanística*. C. M. Évora, Évora. Também com interesse, veja-se: INA (1989) — *Direito do Urbanismo*. INA, Oeiras.
- <sup>6</sup> F. Gonçalves (1972) — *Urbanizar e construir para quem? A propósito do plano de Chelas*. Ed. Afrontamento, Porto; F. Gonçalves (1978) — A mitologia da habitação «social». O caso português. *Cidade-Campo*, 1: 21-83.
- <sup>7</sup> V. M. F. retoma o tema em vários outros textos subsidiários da sua dissertação (*Ler História*, 7 — 1986; *Arquitectura*, 143 — 1981; *Sociedade e Território*, 3 — 1985).
- <sup>8</sup> Embora com um enfoque globalizante veja-se: J. Mozzicafreddo (1988) — O grau zero do poder local. *Sociologia*, 4: 45-59; J. Mozzicafreddo et. al. (1989) — Modelos de gestão e de legitimidade no sistema político local português. *Sociologia*, 6: 51-80. J. Mozzicafreddo et. al. (1991) — Gestão e legitimidade no sistema político local. Escher, Lisboa; nos n.ºs 10-11 (1989) da revista *Sociedade e Território* pode encontrar-se um conjunto de textos relevantes para o tema. J. M. Henriques (1990) — *Municípios e desenvolvimento*. Escher, Lisboa; R. Lopes (1990) — *Planeamento municipal e intervenção autárquica no desenvolvimento local*. Escher, Lisboa. Veja-se também o n.º temático (25/26) da *Rev. Crít. Ciências Sociais* (1989) sobre o poder local.
- <sup>9</sup> W. Opello (1979) — Administração local e cultura política num concelho rural. *Análise Social*, XV (59): 655-672.
- <sup>10</sup> M. Caetano (1990) — *A administração municipal de Lisboa durante a primeira dinastia (1179-1383)*. Livros Horizonte, Lisboa. M. Rodrigues — Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV. *Revista Municipal*, 101-105; com um enfoque global, veja-se: J. B. Serra (1988) — As reformas da administração local de 1872 a 1910. *Análise Social*, XXIV (103-104): 1037-1066.

## Bibliografia

- AAP (1987), *Guia Urbanístico e Architectónico de Lisboa*, AAP, Lisboa.
- Almeida, P. T. (1985), «Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)», *Análise Social*, XXI (85): 111-152.
- Amaral, F. K. (1973), «No XXX aniversário da sua morte. Evocação de Duarte Pacheco», *Revista Municipal*, XXV (138-139): 7-8.
- Amaral, I. (1988), «Notas acerca do ensino e da investigação científica em Geografia, em Portugal», *Actas do I Colóquio Ibérico de Geografia*: 23-33, Salamanca.
- Arquitectura*, n.º 151 (1983), *Dossier Duarte Pacheco: nos 40 anos da sua morte*.
- Barata, J. P. (1989), *Pensar Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa.

- Brito, R. S. (1976), *Lisboa. Esboço geográfico*, Sep. Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, 82.
- Buraca, C. et. al. (1972), «Política de solos na urbanização portuguesa. O caso de Lisboa», *Revista Municipal*, 134-135.
- Correia, D. (1983), «Habitação social em Lisboa. Carências-realizações», *Actas do III Colóquio Ibérico de Geografia*, Barcelona.
- Costa, N. (1992), *As opções modais do transporte de passageiros na área metropolitana de Lisboa. Um contributo geográfico*, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa (dissertação de mestrado).
- Ferreira, V. M. (1975), *Movimentos sociais urbanos e intervenção política*, Afrontamento, Porto.
- Ferreira, V. M. (1983), «A Lisboa do império e o Portugal dos pequeninos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, anos de 1930-1940», *Análise Social*, XIX: 693-735.
- Ferreira, V. M. (1983a), «O mito de Duarte Pacheco e a urbanística fascista», *Arquitectura*, 151: 23-37.
- Ferreira, V. M. (1987), *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*, Dom Quixote, Lisboa.
- França, J. A. (1973), «Lisboa e a arquitectura dos anos 30-40», *Revista Municipal*, XXXV (138-139): 9-34.
- França, J. A. (1981), «Arquitectura do Estado Novo 1930-1948», *Arquitectura*, 142: 18-19.
- França, J. A. (1989), *Lisboa: urbanismo e arquitectura*, ICLP, Lisboa.
- Gaspar, J. (1975), «Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal continental», *Finisterra*, X (19).
- G. E. O. (1993), «Habitação Social em Lisboa: 1870-1950», Boletim bibliográfico, iconográfico e cartográfico.
- G. E. O. (1993), «Evocar Duarte Pacheco no cinquentenário da sua morte (1943-1993)», Catálogo.
- Gonçalves, F. (1972), «Urbanizar e construir para quem? A propósito do plano de Chelas». Ed. Afrontamento, Porto.
- Gonçalves, F. (1978), «A mitologia da habitação 'social'. O caso português», *Cidade-Campo*, 1: 21-83.
- Gonçalves, F. (1981), «Urbanística à Duarte Pacheco», *Arquitectura*, 142: 20-37.
- Gonçalves, F. (1983), «Duarte Pacheco e os encantos da megalomania», *Arquitectura*, 151: 24-28.

## ESTADO DA QUESTÃO

- Gonçalves, F. (1986), «A propósito dos planos de urbanização do Estado Novo: projectos urbanísticos ou regulamentos policiais?», *Sociedade e Território*, 4: 92-115.
- Gros, M. (1982), *O alojamento social sob o fascismo*, Ed. Afrontamento, Porto.
- Marques, M. O. (1967), *Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa, 1879-1938*, FLL, Lisboa (dissertação de licenciatura).
- Medeiros, C. A. (1990), «Uma perspectiva da Geografia portuguesa através das dissertações de doutoramento (1922-1990)», *Biblos*, LXVI: 65-78.
- Moreira, M. (1989), *Renovação urbana: uma abordagem a Lisboa*, UTL, Lisboa (dissertação de mestrado).
- Pereira, P. (1988), «Evolução dos estudos de Geografia Urbana em Portugal. Perspectivas puras e aplicadas. A contribuição coimbrã», *Actas do I Colóquio Ibérico de Geografia*: 155-162, Salamanca.
- Pereira, T.; Fernandes, J. M. (1980), «A arquitectura do fascismo em Portugal», in *O Fascismo em Portugal — Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa*, A Regra do Jogo, Lisboa.
- Pereira, N.; Fernandes, J. M. (1981), «A arquitectura do fascismo em Portugal», *Arquitectura*, 142: 38-49.
- Pereira, T.; Fernandes, J. M. (1987), «A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959», *O Estado Novo — das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 2º Vol: 323-357.
- Portas, N. (1970), «A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação», in B. Zevi, *História da Arquitectura Moderna*, 2º vol., Arcádia, Lisboa.
- Proença, M. (1992), *Reabilitação do parque habitacional em Lisboa. Um estudo sobre o programa Recria*. UTL/IST, Lisboa (dissertação de mestrado em Construção).
- Queirós, M. (1992), *Contributos para o planeamento do destino final de resíduos sólidos urbanos*. Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra (dissertação de mestrado).
- Revista Municipal*, nº 17 (1944), «Número especial dedicado à memória do Engº Duarte Pacheco».
- Salgueiro, T. (1992), *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, Ed. Afrontamento, Porto.
- Silva, C. N. (1986), «Urban land policy in Lisbon during the 'Estado Novo' (1933-1974)», *IGU — Regional Conference on Mediterranean Countries, Working Group on Metropolitan Cities*, Madrid.

- Silva, C. N. (1987), *Planeamento Municipal e a organização do espaço em Lisboa, 1926-1974*, CEG-INIC, Lisboa, 1987, 598 pp.
- Silva, C. N. (1987a), «A 'Urbanística' do Estado Novo (1926-1959): nem nacional nem fascista», *O Estado Novo — das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*. Ed. Fragmentos, Lisboa, 2ª Vol.: 377-386.
- Silva, C. N. (1987b), «Os planos de Lisboa e a organização espacial da cidade. Continuidade e mudança no século XX», *Povos e Culturas*, nº 2, 1987: 301-344.
- Silva, C. N. (1993), «Mercado e políticas públicas: a questão da habitação na primeira metade do século XX», *Conferência «Habitação na cidade industrial 1870-1950»*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Lisboa, ISCTE, Abril de 1993.
- Silva, R. H. (1985), *As Avenidas Novas de Lisboa, 1900-1930*, FCSH/UNL, Lisboa (dissertação de mestrado em História de Arte), 2 vols.
- Silva, R. H. (ed.) (1989), *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*, Fundação C. Gulbenkian, Lisboa.
- UNL (1988), *I Seminário Internacional — Área Metropolitana de Lisboa. Que futuro?* DGPR/FCSH/UNL, Lisboa.
- Teixeira, D. (1993), *L'urbanisme éphémère des grands événements médiatiques: un instrument de restructuration urbaine et développement régional. Application à quatre villes portuaires: Barcelone, Gênes, Séville et Lisbonne*, Institut d'Urbanisme de Paris, Paris (DEA en Urbanisme et aménagement).
- Teixeira, M. (1992), «As estratégias de habitação em Portugal 1880-1940», *Análise Social*, XXVII (115): 65-89.
- Teixeira, M. (1993), «A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes», *Análise Social*, XXVIII (121): 371-390.

**Revistas que publicam ocasionalmente textos sobre políticas municipais:**

*Análise Social*

*Arquitectura*

*Biblos*

*Boletim da Comissão de Coordenação da Região Centro*

*Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*

*Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*

*Cadernos de Geografia*

## ESTADO DA QUESTÃO

*Cadernos Municipais*

*Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*

*Ler História*

*Município*

*Municipalismo*

*Penélope*

*Poder Local*

*Povos e Culturas*

*Revista Crítica de Ciências Sociais*

*Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*

*Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*

*Revista da Faculdade de Letras do Porto. Série Geografia*

*Revista de História Económica e Social*

*Revista Investigação Urbana e Regional*

*Revista Municipal*

*Sociedade e Território*

*Sociologia. Problemas e Práticas*

*Vida Local*